

O CONFLITO PELA POSSE DA TERRA NA REGIÃO DO PÂNTANO, MUNICÍPIO DE PIUMHI (MG)

Marina Mesquita Camisasca¹

Resumo: O presente artigo discute a mobilização camponesa e as disputas por terra no estado de Minas Gerais nos anos de 1961 a 1964, tendo como foco o conflito existente no município de Piumhi. Nessa cidade no início da década de 1960, a região conhecida como Pântano, estava sendo drenada pelo DNOS e foi objeto de conflito entre latifundiários e camponeses. O objetivo é analisar esse conflito, ainda pouco conhecido pela historiografia, a partir de fontes do DOPS/MG, de jornais e de depoimento oral, situando-o no contexto nacional do período.

Palavras-Chave: Piumhi, Pântano, conflito de terra, camponeses.

THE LAND CONFLICT IN THE PÂNTANO REGION, CITY OF PIUMHI (MG)

Abstract: This paper discuss about a peasant mobilization and lands conflicts in the state of Minas Gerais, Brazil. during the years 1961 to 1964. The focus is a land conflict that occurred in the city called Piumhi. In that city in the early 1960s the Pântano lands was being drained by DNOS and was subject that a land conflict. The goal is analyse this land conflict, still little known by historiography, from sources of the DOPS/MG, newspapers and oral testimony and insert this land conflict in the national context of the period.

Keywords: Piumhi, Pântano, land conflict, peasants.

*Este artigo é fruto de parte de dissertação de mestrado intitulada “Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961-1964)”. A pesquisa teve o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

¹ Doutoranda em História UFMG, bolsista Capes. Endereço eletrônico: marinacamisasca@yahoo.com.br.

No início da década de 1960 o movimento camponês² em todo o Brasil ganhou força, visibilidade e reconhecimento público. Neste período, os conflitos entre latifundiários³ e camponeses acirraram-se, fato que impulsionou a mobilização deste último grupo como forma de resistir às intolerâncias praticadas pelos primeiros. Outros fatores também contribuíram para o crescimento desse movimento, como a presença de lideranças de grupos de esquerda e da Igreja Católica no meio rural, além da atuação mais incisiva do Estado. Esses setores se propuseram de diferentes maneiras e com objetivos distintos, a trabalhar para que os direitos e as reivindicações do campesinato fossem alcançados. O crescimento do movimento camponês colocava em xeque o *status quo* no campo e pressionava pela realização da reforma agrária. A criação de organizações camponesas era acompanhada também pelo aumento da visibilidade política do grupo, que surgia como um importante ator político, capaz de promover intensas mobilizações em favor das suas reivindicações.

Entre setembro de 1961 e março de 1964 o país era governado por João Goulart que, desde o início do seu mandato, se comprometeu a realizar um programa de reformas, dentre as quais se destacava a reforma agrária, considerada essencial para o desenvolvimento político, social e econômico do país. Neste período, o problema da reforma agrária estava atrelado à questão do desenvolvimento. Acreditava-se que esta reforma permitiria um melhor abastecimento da população urbana, criaria e alargaria o mercado interno para os produtos industriais e amenizaria os conflitos que se avolumavam no campo. Todos os grupos políticos falavam na realização dessa reforma, que parecia inevitável. Diversos projetos de lei foram enviados ao Congresso com o intuito de implementá-la, dentre os quais se destacavam o projeto Joffily, que considerava que a desapropriação deveria ser feita de acordo com os princípios constitucionais e com o valor atribuído no último lançamento do imposto territorial rural; o projeto Milton Campos, que propunha que a indenização ocorresse de acordo com o valor venal do imóvel; e o projeto Bocaiúva Cunha,

² Entende-se por camponês os homens do campo, de assalariados a pequenos proprietários, incluindo posseiros, parceiros, arrendatários, foreiros, colonos, entre outras denominações, que se organizam com o objetivo de lutar por terras e por direitos. Neste sentido a palavra camponês designa o trabalhador rural engajado na luta política e social.

³ Entende-se por latifundiário os homens detentores de terras e de poder para estabelecer as formas de vida e de trabalho a serem adotadas nas áreas rurais.

que considerava que o pagamento das desapropriações poderia ser feito em títulos da dívida pública. A discussão girava em torno da alteração ou não do § 16 do artigo 141 da Constituição Federal de 1946, que vinculava as desapropriações a uma justa e prévia indenização em dinheiro ao proprietário do imóvel. Se havia um consenso em torno da necessidade de realização da reforma agrária, as opiniões eram discordantes quanto à forma de sua realização.

Mais de noventa projetos referentes ao tema foram remetidos ao Congresso, fato que indica o quanto o problema agrário estava presente na cena política no início dos anos 1960⁴. A legitimidade do tema expressava-se por um forte apoio da população, como evidenciavam pesquisas realizadas em março de 1964. Segundo essas, cerca de 72% dos eleitores, das principais capitais do país, consideravam necessária a realização da reforma agrária (GRYNSZPAN, 2006: 62).

As discussões sobre o assunto ocorriam simultaneamente ao acirramento dos conflitos entre latifundiários e camponeses. Na medida em que estas disputas se intensificavam, também aumentava o número de organizações camponesas. Foram essas organizações que consolidaram a presença do campesinato como ator político importante, construindo-lhe uma imagem pública, fazendo com que ele fosse percebido como grupo, com interesses específicos, com porta-vozes próprios e com uma representação autorizada (GRYNSZPAN, 2002: 32).

Estas organizações, que poderiam ser sindicatos rurais, associações de lavradores e trabalhadores agrícolas ou ligas camponesas, se proliferaram em todo o país e promoveram a coordenação do campesinato em torno de objetivos comuns. A reforma agrária se tornou a principal bandeira da luta empreendida por esses movimentos.

Devido à política de incentivo a criação de sindicatos rurais adotada pelo governo Goulart, essa forma de organização acabou por se tornar preponderante. Pelo menos seis portarias referentes ao tema foram editadas entre os anos de 1962 e 1963, são elas: portaria 209-A de 25/06/1962; portaria 355-A de 20/11/1962; portaria 356-A de 21/11/1962; portaria 346 de 17/06/1963; portaria 347 de 17/06/1963 e portaria 531 de 11/11/1963. Se até 1962 apenas cinco sindicatos rurais haviam sido reconhecidos pelo governo federal, em todo o país, este número saltou, em dezembro de 1963, para 270 sindicatos reconhecidos e

⁴⁴ Jornal *Última Hora*, 31/01/1964, p. 3.

mais 557 aguardando reconhecimento (IANNI, 1975: 89). Estima-se que até março de 1964 cerca de 1.200 sindicatos rurais já haviam sido fundados em todo o território nacional (CUNHA, 2004: 207).

Entretanto, as ações adotadas pelo Estado devem ser analisadas como resultado de um complexo jogo político, em que a capacidade de pressão exercida pelo campesinato foi fundamental. Ao mesmo tempo que a força de mobilização dos camponeses pressionou o governo para que ele apoiasse a criação de sindicatos rurais, os próprios atos governamentais também se constituíram em novos estímulos às lutas empreendidas no campo.

O cenário em Minas Gerais

Em Minas Gerais, a mobilização do campesinato em torno da realização da reforma agrária cresceu enormemente durante os anos do governo João Goulart. O governador do estado à época, José de Magalhães Pinto (1961-1965), também procurou se posicionar diante da temática que agitava o meio rural mineiro. Magalhães Pinto preconizava a descentralização da reforma agrária que deveria ser realizada por cada estado da federação, sob normas estabelecidas pela União. Segundo o político, em um país com dimensões continentais, de características tão variadas, não seria concebível que um só órgão centralizasse a execução da reforma agrária, uma vez que os problemas diferiam de região para região. Além disso, para o governador o principal objetivo da implementação de um projeto de reforma agrária seria o aumento da produção, uma vez que o mercado interno estava sofrendo com a falta de gêneros alimentícios⁵.

Para tentar solucionar o problema agrário em Minas Gerais Magalhães Pinto criou um plano de reforma agrária que tinha por objetivo a venda de extensões de terras, de propriedade do governo estadual, situadas na Jaíba. Essa região possuía aproximadamente 310.000 hectares e se localizava ao norte do estado, a 220 quilômetros de Montes Claros e a 80 quilômetros de Januária. O governo desejava, com esse projeto, povoar a região da Jaíba com cerca de quatro mil famílias. O prazo para o financiamento da compra da propriedade

⁵ Jornal *Última Hora*, 19/06/1963, p. 5.

seria de 25 anos e o novo proprietário iniciaria o pagamento somente após o quinto ano da compra. A cota de terra mínima para cada família seria de 100 hectares e, de acordo com o plano de reforma agrária, as famílias teriam financiamento para a construção de todas as benfeitorias e para as despesas normais de operação. Cerca de 2.000 pessoas se inscreveram no projeto, mas inicialmente, rumaram para a região apenas 32 famílias e decorridos seis meses só havia na localidade oito delas. As dificuldades enfrentadas pelos que se dirigiram para a Jaíba foram muitas, o acesso à região era muito precário e existia apenas um meio de transporte, um caminhão, que era ao mesmo tempo utilizado como lotação e como carro de transporte dos gêneros alimentícios produzidos pelos camponeses, que eram vendidos nas cidades mais próximas. Não havia posto médico, escola e qualquer assistência técnica ou financeira para proporcionar as condições mínimas para o trabalho na terra. Os camponeses reivindicavam a construção de estradas ligando a Jaíba aos maiores núcleos populacionais vizinhos; a assistência religiosa como a construção de uma Igreja; o fornecimento de máquinas agrícolas para o aperfeiçoamento e maior produtividade do trabalho e um ensino eficiente, através da instalação de escolas.

As demandas eram muitas e para tentar resolver os problemas existentes na região, o governo estadual obteve um empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) da ordem de 20 bilhões de cruzeiros. O dinheiro seria concedido por meio do plano norte-americano *Aliança para o Progresso*. Mas mesmo após o recebimento do empréstimo, a situação dos que migraram para a Jaíba não se alterou. O descaso das autoridades governamentais foi o responsável pelo fracasso do projeto de reforma agrária proposto pelo governo mineiro.

Com a criação desse projeto o governador Magalhães Pinto desejava conter as inquietações vivenciadas no meio rural. Nesse momento os camponeses, com o apoio de membros de diferentes grupos de esquerda, fundavam sindicatos rurais em diversas regiões do estado. Devido ao incentivo dado pelo governo João Goulart, o número de sindicatos rurais em Minas Gerais cresceu consideravelmente, sobretudo entre os anos de 1963 e 1964. Se até o ano de 1962 nenhum sindicato rural havia sido fundado no estado, em março de 1964 o número de sindicatos já alcançava a cifra de 105 organizações, algumas delas em um mesmo município, o que diferia era a categoria de trabalhadores. No ano de 1964 existiam em Minas Gerais 722 municípios e em 98 deles foi possível identificar a presença

de um ou mais sindicatos rurais no período anterior ao golpe. Esse dado aponta para a relevância do movimento de sindicalização rural no estado, afinal esses sindicatos estavam presentes em 13,57% dos municípios mineiros (CAMISASCA, 2009: 62).

O crescimento da sindicalização rural em Minas Gerais foi impulsionado por meio de dois órgãos federais, a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e a Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR). O primeiro órgão foi criado em outubro de 1962 e tinha por finalidades colaborar na formulação da política agrária do país; planejar e executar, nos termos da legislação específica, a reforma agrária; promover a desapropriação de terras, por interesse social, objetivando a justa distribuição da propriedade rural e condicionando o seu uso ao bem estar social; e prestar serviços de extensão rural e de assistência social aos trabalhadores rurais⁶. Apesar de ser responsável pelo planejamento, promoção e execução da reforma agrária e de medidas complementares de assistência técnica, financeira, educacional e sanitária aos homens do campo, a SUPRA exerceu também grande influência no trabalho de sindicalização rural. À SUPRA coube, juntamente com o Ministério do Trabalho, dar apoio institucional à criação de sindicatos, seja liberando verbas necessárias para o início do funcionamento das entidades, como aquisição de sede e pagamento de serviços de contadores e advogados, seja facilitando o seu reconhecimento (CAMARGO, 1986: 221).

Da atuação conjunta da SUPRA e do Ministério do Trabalho foi criada, em meados de 1963, a CONSIR, que possuía como objetivos principais a fundação de sindicatos rurais e a realização de planos integrados de atendimento às reivindicações das populações camponesas em áreas específicas, sobretudo no âmbito do direito civil e do direito trabalhista. A CONSIR era composta por oito membros, sendo três oriundos da SUPRA, três do Ministério do Trabalho e dois de organizações camponesas (MEDEIROS, 1995: 245).

Em Minas Gerais, estes dois órgãos trabalharam conjuntamente na fundação de sindicatos rurais, tanto que a sede da CONSIR foi instalada nas dependências da SUPRA. No estado, a seção regional da SUPRA foi instalada em junho de 1963 e a sua direção ficou

⁶ Jornal *Última Hora*, 22/12/1962, p. 4.

a cargo de Antônio de Oliveira Lins, membro da Ação Popular (AP)⁷. Embora esse órgão tenha incorporado os funcionários dos extintos Serviço Social Rural (SSR) e do Instituto Nacional de Imigração de Colonização (INIC), Lins abriu espaço para que membros da AP e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) atuassem nas áreas rurais por meio da SUPRA, como foi o caso de Elmo Furtado Siqueira, filiado ao PCB, e Raimundo Figueiredo, filiado à AP.

A sede da CONSIR em Minas Gerais, por sua vez, foi instalada meses depois, em setembro de 1963. Padre Lage, pároco adepto de ideias socialistas, foi quem ocupou o cargo de coordenador do órgão no estado. A CONSIR também contratou pessoas ligadas a grupos de esquerda para trabalharem na instituição, como Ricardo Prata Soares e Geraldo Antônio Pinto, filiados à AP, e Jerônimo Moura, membro do PCB. Isso revela a participação de grupos de esquerda nos órgãos governamentais responsáveis pela criação de sindicatos no meio rural. O PCB apesar de, neste período, estar na ilegalidade conseguiu atuar nos canais institucionais que visavam promover alterações nas estruturas política, social e econômica do país, como foi o caso da SUPRA e da CONSIR.

A fundação dos sindicatos rurais e o crescimento da mobilização camponesa acabaram por gerar vários conflitos em Minas Gerais. Alguns foram resolvidos de forma pacífica, enquanto outros causaram acirradas disputas. Os conflitos no estado ocorreram especificamente em áreas onde a posse da terra não era comprovada. A luta era para a conquista de terras que, de acordo com os camponeses, pertenciam à União. A reivindicação da posse da terra que supostamente não possuía “dono” foi uma peculiaridade da ação do movimento camponês mineiro do período de 1961 a 1964 (CAMISASCA, 2009: 31). Um exemplo dessa ação ocorreu na região do Pântano, em Piumhi, palco do conflito descrito a seguir.

⁷ A AP foi criada em 1962 por uma ala mais à esquerda da Juventude Universitária Católica (JUC). A ideia de formação da organização surgiu a partir da necessidade de se estabelecer uma ação que ultrapassasse os ditames da Igreja Católica. A AP era autônoma, mas, possuía clara inspiração cristã. No momento de sua fundação, ela procurou auto definir-se como um movimento político independente e defensor de ideias humanistas.

O movimento rural em Piumhi

Localizada na Mesorregião Oeste de Minas Gerais, a cidade de Piumhi, nos anos 1960, tinha sua economia baseada na produção agrícola e a maior parte da população vivia em áreas rurais. No município havia uma região denominada “Pântano” com cerca de 20 mil hectares e que, nos primeiros anos da década de 1960, estava sendo drenada pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS). A região se caracterizava, anteriormente, por ser um terreno pantanoso impróprio para agricultura e pastagem, por esse motivo não era objeto de interesse. Porém, com a drenagem as terras se tornaram extremamente férteis e passaram a ser alvo de disputas. Muitos latifundiários se apropriaram indevidamente das terras e as arrendaram aos camponeses para cultivarem cereais, principalmente arroz, mediante contratos onerosos.

Favorável aos interesses dos latifundiários, o fazendeiro José Neca da Costa assumiu o comando da prefeitura de Piumhi em fevereiro de 1959. Por outro lado, em dezembro do mesmo ano, com o intuito de minimizar o impacto causado aos camponeses da região, principalmente aos desabrigados pela construção da represa de Furnas, o deputado federal Manuel de Almeida (PSD, apresentou ao plenário da Câmara Federal o Projeto de Lei nº 1.293, que propunha a criação do condomínio rural de Piumhi nas terras drenadas do Pântano. A proposta visava à desapropriação da área para a criação de um condomínio por meio do arrendamento das terras aos camponeses. A efetivação desta lei alteraria os planos dos latifundiários que já estavam obtendo lucro com a apropriação indevida das terras drenadas. O Projeto de Lei nº 1.293 afirmava que as terras drenadas pelo DNOS pertenciam à União e poderiam ser distribuídas aos camponeses.

Pelo fato de o Pântano ter se tornado uma área de conflitos, a polícia política se dirigiu à região em abril de 1962 com o intuito de averiguar a existência de ações “subversivas” na localidade. Após conhecerem a área os investigadores do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG) afirmaram que:

Trata-se de um terreno muito fértil e estará totalmente em condições de ser aproveitado no segundo semestre de 1963. À medida que este terreno é drenado ele é invadido pelos latifundiários ribeirinhos, que aumentam suas propriedades à custa do Estado, só permitindo aos lavradores

utilizarem-se das terras mediante contratos onerosos, como se fossem os legítimos proprietários do referido terreno. Os comunistas aproveitam desta situação para insuflar os camponeses à rebelião e à invasão dessas terras, delas se apoderando⁸.

O trecho transcrito acima é parte de relatório produzido pela polícia política sobre a disputa pela posse da terra na região do Pântano. A partir dele é possível perceber que, para a polícia o terreno drenado pertencia à União, mas era invadido pelos latifundiários. Já os camponeses trabalhavam nas terras como arrendatários e devido às péssimas condições de trabalho, eram “insuflados” pelos comunistas a rebelarem-se.

Desta forma, nota-se que o problema central se relacionava ao pertencimento da terra, afinal os latifundiários afirmavam serem os proprietários, já os camponeses consideravam que as terras pertenciam à União, pois alegavam que antes da drenagem a área não era aproveitada para o plantio e ninguém declarava a sua posse. Os latifundiários alegavam deter a sua posse, uma vez que nas escrituras os limites das propriedades eram demarcados por meio da trajetória percorrida pelo rio Piumhi. Mas como o curso do rio foi alterado devido ao processo de drenagem, os fazendeiros afirmavam deter a posse de uma extensão maior de terra. Assim, os proprietários de terras baseando-se nas escrituras, que eram anteriores à drenagem do rio, se diziam os donos dos terrenos e, na maior parte das vezes, os arrendavam e cobravam, em média, de trinta a quarenta por cento da produção como forma de pagamento.

Esses contratos, na maioria das vezes apenas verbais, favoreciam os latifundiários. Afinal, a não existência de documentos que pudessem comprovar as taxas estabelecidas para o pagamento do arrendamento e o prazo de permanência dos camponeses nas terras, acabava por gerar arbitrariedades, como o confisco de uma parte maior da produção e expulsões dos arrendatários das propriedades, antes mesmo do período da colheita.

Alguns camponeses insatisfeitos com a situação começaram a realizar um trabalho de união de todos aqueles que trabalhavam como arrendatários nas terras do Pântano, com o objetivo de reivindicarem a posse daqueles terrenos, que eles alegavam pertencer à União. Um desses camponeses, Christóvão Mourão, membro do PCB, se destacou no trabalho de união e conscientização do campesinato em prol da conquista da posse dessas terras. A partir do trabalho realizado por Mourão, os camponeses se uniram em torno de uma reivindicação comum: a posse das terras do Pântano.

⁸ Arquivo Público Mineiro, Fundo DOPS, Pasta 0135{3}.

Diante disso, o conflito entre camponeses e latifundiários se acirrou e os primeiros passaram a não pagar as taxas de arrendamento, alegando que os terrenos não possuíam dono. Para impedir que os camponeses invadissem os terrenos, os latifundiários chegaram até mesmo a tentar embargar a serviço de drenagem. De acordo com depoimento prestado ao DOPS/MG por Benjamim Rodrigues dos Santos, funcionário do DNOS,

o fazendeiro José Neca, disse ao depoente que ele respondia por todas aquelas pessoas e que daquele momento em diante os serviços de drenagem estavam embargados e ameaçou o depoente se tentasse trabalhar, que ele e as outras pessoas usariam os fuzis⁹.

Os latifundiários por meio de ameaças conseguiram embargar a obra por alguns dias. Mas esta foi retomada por engenheiros do DNOS que se dirigiram para a região exclusivamente para solucionar a questão¹⁰.

Assim, devido às tensões relacionadas a posse da terra na região, o governo federal, na tentativa de solucionar o conflito, em dezembro de 1962, sancionou a Lei nº 4.176, baseada no Projeto de Lei nº 1.293. A lei instituía a desapropriação por interesse social das áreas drenadas pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento nos municípios de Piumhi e Capitólio. Essas terras foram destinadas à constituição de lotes agrícolas. A distribuição desses lotes deveria ser feita, inicialmente, mediante arrendamento aos camponeses que exerciam suas atividades como pequenos agricultores na região. Contudo, essa lei não foi posta em prática e os conflitos entre latifundiários e camponeses permaneceram.

Em meio às intensas disputas entre latifundiários e camponeses foi fundado, em fins de 1963, o Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Piumhi. A fundação da organização ocorreu sem maiores tumultos, na redação do jornal *Alto São Francisco*¹¹. No momento da sua criação o sindicato já contava com 2.500 associados, todos camponeses que trabalhavam na região do Pântano e que desejavam obter a posse da terra. Para presidente do sindicato foi eleito Christóvão Mourão, homem que já realizava trabalho junto ao campesinato. De acordo Mourão, depois da fundação do sindicato ficou resolvido que os pantaneiros só pagariam a porcentagem contratada por via judicial. O sindicato iria, assim,

⁹ Arquivo Público Mineiro, Fundo DOPS, Pasta 3893.

¹⁰ Arquivo Público Mineiro, Fundo DOPS, Pasta 3893.

¹¹ Arquivo Público Mineiro, Fundo DOPS, Pasta 0173.

recorrer à Justiça para tentar solucionar o problema dos contratos abusivos cobrados pelos fazendeiros¹².

Apesar de pertencer ao PCB, Mourão afirmou em entrevista que possuía autonomia de trabalho em relação ao partido. Segundo ele, “as lideranças do PCB não intervinham diretamente na ação do sindicato. Os membros do partido opinavam, falavam: isso aí você está meio radical, você afasta um pouco e tal. Ou entra mais nessa área e tal. Era só isso”¹³.

De acordo com Mourão as ações do sindicato se ligavam mais aos anseios dos camponeses da região do que aos pressupostos teóricos estabelecidos pelo PCB para o trabalho no campo. O partido propunha, nesta etapa da revolução brasileira, a resolução de reivindicações consideradas de caráter imediato, como por exemplo, a baixa das taxas de arrendamento, a prorrogação dos contratos e a garantia contra despejos. Mas o que se nota, é que em Piumhi, apesar dos camponeses reclamarem das altas taxas de arrendamento cobradas pelos latifundiários, a principal reivindicação era outra, a obtenção da posse legal da terra.

Além de Christóvão Mourão, o sindicato contava também com a participação de outro membro do PCB, Sérgio Firmino, redator do jornal *Alto São Francisco*. Firmino trabalhava junto com Mourão com o objetivo de instruir o campesinato de que as terras pertenciam à União e divulgava essas ideias através do jornal *Alto São Francisco*. Desta maneira, por meio de ampla divulgação na imprensa local dos anseios e ações do sindicato, esse conseguiu obter o apoio de grande parte da população de Piumhi¹⁴.

O sindicato defendeu os interesses dos camponeses, mas não propôs, por exemplo, que eles invadissem as terras de outrem. De acordo com Christóvão Mourão, “nunca houve invasão de terra, porque a terra que a gente estava ocupando, a terra estava provada que era terra da União. Nós não entramos em terra particular de ninguém, não”¹⁵.

A área do Pântano foi declarada de interesse social e, de acordo com as lideranças do sindicato, foi por esse motivo que eles lutaram para que as terras fossem distribuídas ao campesinato.

¹² Arquivo Público Mineiro, Fundo DOPS, Pasta 3893.

¹³ Núcleo de História Oral (NHO) Fafich - UFMG. Entrevista Christóvão Mourão.

¹⁴ Arquivo Público Mineiro, Fundo DOPS, Pasta 3893.

¹⁵ Núcleo de História Oral (NHO) Fafich - UFMG. Entrevista Christóvão Mourão.

No início de 1964 o sindicato promoveu uma ação de não entrega do arroz colhido, como forma de pagamento aos latifundiários, e alegou que as terras não tinham dono, assim os camponeses não deveriam pagar arrendamento a ninguém. O sindicato entrou com ação na Justiça para que o arroz não fosse confiscado pelos latifundiários. Segundo o jornal comunista *Terra Livre*, que tinha nos camponeses seu público alvo, no Pântano

querem os latifundiários cobrar a terça do lombo dos camponeses, que não estão de acordo e nem vão pagar, protegidos que estão pelo seu Sindicato. Através do dr. Ramiro os fazendeiros mandaram um recado ao presidente do Sindicato, proibindo os camponeses de colher o arroz e ameaçando de impedir a saída do produto, com seus capangas armados. Mesmo diante de todas essas intimidações, os camponeses não recuaram; colheram o produto e não entregaram aos usurpadores de terra e do trabalho alheio¹⁶.

A ação teve grande repercussão e advogados da SUPRA passaram a defender os camponeses nas disputas judiciais que objetivavam resolver a questão do pagamento ou não do arrendamento. Já os latifundiários após toda a mobilização alcançada pelo sindicato, em março de 1964, fundaram a Associação Rural de Piumhi com o intuito de defenderem seus interesses. De acordo com o jornal *Estado de Minas* a Associação Rural de Piumhi, “irá congregar os fazendeiros de Piumhi e dos municípios vizinhos, bem como irá organizar e proteger a classe contra as atividades ilegais da SUPRA naquela região”¹⁷.

No momento de sua fundação a associação já contava com a participação de mais de 300 proprietários de terras, que firmaram um pacto de ação para a realização de uma campanha de esclarecimento aos camponeses sobre a infiltração do comunismo. Segundo os seus organizadores, “trata-se de um movimento que visa demonstrar que os comunistas estão procurando transformar pacatos trabalhadores do campo em instrumento de agitação no meio rural, em detrimento dos verdadeiros interesses da classe”¹⁸. Segundo Borges, as associações rurais, em Minas Gerais, funcionaram como um foco de pressão política em defesa dos interesses da fração agrária dominante. Elas não eram um local de negociação política com os camponeses (BORGES, 1988:112). A Associação Rural de Piumhi atuou, logo após a sua criação, no sentido de impedir as ações que visavam o não pagamento das taxas de arrendamento, além de propagandear a ideia de que o trabalho realizado pelo sindicato rural era

¹⁶ Jornal *Terra Livre*, março de 1964, p. 3.

¹⁷ Jornal *Estado de Minas*, 21/02/1964.

¹⁸ Jornal *Estado de Minas*, 03/03/1964, p. 10.

produto da atuação dos comunistas, um “bando de agitadores”, que desejavam insuflar os camponeses contra os verdadeiros proprietários das terras. O jornal *Estado de Minas* após entrevistar alguns proprietários de Piumhi divulgou:

Frisam os fazendeiros que não são contra a reforma agrária, nem tampouco contra o direito dos lavradores de aspirarem a uma melhor posição econômico-social. O que não suportam e nem permitirão é que essa onda de agitação comunista venha a dominar aquelas terras, cujos habitantes são todos homens fiéis aos princípios que sempre nortearam a nossa vocação de povo livre e cristão¹⁹.

Nota-se que os latifundiários se utilizaram do discurso anticomunista para tentar enfraquecer as ações do sindicato rural de Piumhi. De acordo com esse grupo:

Elementos comunistas, que têm procurado tumultuar a vida de Piumhi, iniciaram uma campanha falsa, segundo a qual as terras são devolutas, com o propósito de justificar possíveis invasões. Acolheremos a deliberação da justiça, porque não nos interessam tumultos. Não poderemos concordar, contudo, que nossas propriedades sejam violadas. O nosso direito sobre a área é sagrado e as únicas divergências existentes referem-se apenas a fazendeiros e confrontantes²⁰.

Apesar de afirmarem que acatariam a decisão judicial no que se referia à questão das invasões do Pântano, o que se percebe é que os latifundiários não respeitavam as determinações judiciais. Em relação à questão do arroz, que não foi entregue como forma de pagamento do arrendamento e que ficou sob a tutela do delegado local José Karam, foi possível notar que esta ação gerou enorme violência por parte dos fazendeiros. Esses muitas vezes foram às casas dos camponeses e, por meio de ameaças, confiscaram a produção que estava em poder do campesinato.

Em meio ao enorme conflito existente entre latifundiários e camponeses emergiu a atuação do pároco local, Padre Alberico, que objetivava amenizar as tensões. De acordo com o religioso, ele interveio no conflito na qualidade de conselheiro e apaziguador de ambas as facções. Porém, para os fazendeiros esse padre era um dos principais responsáveis pelas agitações “comunistas” ocorridas na região e suas ações estariam intimamente ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Piumhi. Todavia o padre, em depoimento à

¹⁹ Jornal *Estado de Minas*, 19/02/1964, p. 6.

²⁰ Jornal *Estado de Minas*, 22/02/1964, p. 6.

polícia política, afirmou desconhecer qualquer atividade subversiva de quem quer que seja na cidade de Piumhi²¹.

Mesmo não possuindo uma ligação direta com o sindicato Padre Alberico acabou por apoiar as atividades deste, afinal ele considerava que as terras deveriam, por meio da Lei nº 4.176, ser distribuídas aos camponeses. Ao adotar posturas em favor da causa camponesa o padre acabou por ser considerado pelos latifundiários como um dos líderes do sindicato rural e, por isso, um adepto das ideias comunistas. Por esse motivo, foi indiciado em Inquérito Policial instaurado pelo DOPS/MG e que visava investigar as atividades “subversivas” existentes em Piumhi. Mas a própria polícia constatou que “paradoxalmente Padre Alberico se encontra como indiciado no presente processo por acusações falsas motivadas por sua magnífica atuação de imparcialidade no caso “Pântano””²².

Em janeiro de 1964, foi instituído o Decreto nº 53.498 que declarou de interesse social para fins de desapropriação toda a área recuperada pelo DNOS. De acordo com o decreto, a desapropriação foi declarada de urgência e a SUPRA ficou autorizada a promover a efetivação da mesma. Entretanto, nenhum documento de posse foi emitido para qualquer camponês da região. A questão da luta pela posse da terra não foi solucionada pela legislação federal. De acordo com relatório policial datado de junho de 1964, “a falta de regulamentação da Lei nº 4.176 e a omissão da SUPRA quanto à solução efetiva do problema são os responsáveis pelo que ocorreu e continua a ocorrer em Piumhi”²³.

Em abril 1964, após a instauração da ditadura militar, todos os sindicatos rurais existentes no país foram fechados. Todavia, a partir de 1966, o governo feral deu início a um movimento de reabertura dos sindicatos rurais, com a intenção de fazer deles um espaço de harmonia entre patrões e empregados nas áreas rurais. De acordo com Grynszpan, o regime militar, em seus primeiros anos, criou vários órgãos com o objetivo de executar a reforma agrária e de promover a modernização da agricultura. Nenhum deles, porém, chegou a produzir os resultados previstos (GRYNSZPAN, 2002:142). O governo militar procurou conter a inquietação do campesinato tratando a questão agrária como problema central, que exigia soluções urgentes. Já em 1964, instituiu, por exemplo, o Estatuto da

²¹ Arquivo Público Mineiro, Fundo DOPS, Pasta 3893.

²² Arquivo Público Mineiro, Fundo DOPS, Pasta 3893.

²³ Arquivo Público Mineiro, Fundo DOPS, Pasta 0173.

Terra, no qual subordinava a reforma agrária ao objetivo prioritário de aumentar a produtividade e a oferta de bens agrícolas, apontadas como fundamentais para a promoção do progresso social e para a consolidação de uma classe média rural. Contudo, assim como todas as outras medidas, esse estatuto não promoveu de fato uma democratização do acesso à terra.

Durante o regime militar o Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Piumhi também foi reaberto, porém, não possuía mais a mesma atuação do período anterior ao golpe. No pós-1964 o movimento rural modificou o seu foco de luta e passou a reivindicar a implementação de medidas previstas na legislação, como a previdência social rural e os serviços de saúde para os trabalhadores do campo, forma de atuação também empreendida pelo sindicato rural de Piumhi. O seu presidente, neste período, Ronan Rodrigues de Castro apontou para a impossibilidade da organização se envolver e tentar resolver os conflitos existentes entre camponeses e latifundiários na região²⁴.

Em 1970, a polícia política realizou uma nova investigação na região do Pântano com o mesmo intuito de analisar a questão da posse da terra e detectou que a situação ainda não havia sido solucionada. Entretanto, a partir da leitura do Inquérito Policial é possível observar que os camponeses não estavam mais mobilizados para obterem a posse da terra. A maior reivindicação dos arrendatários, nesse período, era que os contratos de pagamento das porcentagens dos arrendamentos fossem cumpridos pelos latifundiários. No inquérito consta um laudo emitido por um juiz de direito que analisou o caso do Pântano, em outubro de 1970, e afirmou que “tudo que se apurou foi que, sobre a área litigiosa, ninguém, mas ninguém mesmo, possuía antes da drenagem do rio Piumhi pelo DNOS domínio ou mesmo “pretensão de posse”²⁵.

Apesar do juiz afirmar que as terras não eram de ninguém os latifundiários continuaram com o domínio do local e os arrendatários sujeitos aos contratos abusivos estipulados pelos primeiros. Embora tenha ocorrido grande repercussão da luta empreendida para a desapropriação das terras nenhuma medida efetiva foi colocada em prática. Ao contrário, com a ditadura militar a situação piorou, uma vez que a luta desempenhada anteriormente pelo sindicato já não era mais passível de ser exercida.

²⁴ Arquivo Público Mineiro, Fundo DOPS, Pasta 5087.

²⁵ Arquivo Público Mineiro, Fundo DOPS, Pasta 5087.

Naquele momento os sindicatos perderam a sua autonomia e se transformaram em um espaço fortemente controlado pelo Estado.

A partir de abril de 1964 o que se nota é que os latifundiários, que alegavam deter a posse do Pântano, foram expulsando os camponeses da região, os mais resistentes, que não cederam às ameaças, acabaram, pouco a pouco, por vender aos latifundiários as terras que ocupavam.

Referências

Fontes primárias

Arquivo Público Mineiro (APM) - Fundo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)

Pasta 0135{3

Pasta 0173

Pasta 3893

Pasta 5087

Núcleo de História Oral (NHO)- UFMG -Entrevista Christóvão Mourão

Jornal *Estado de Minas*: 19/02/1964, 21/02/1964, 22/02/1964, 03/03/1964.

Jornal *Terra Livre*: março de 1964.

Jornal *Última Hora*: 22/12/1962, 19/06/1963, 31/01/1964.

Bibliografia:

ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. *DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI Jean- François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *Utopias e contra-utopia: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950- 1964)*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1988.

CAMARGO, Aspásia Alcântara de. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, t.3, v.3, O Brasil Republicano. 3ed. São Paulo: Difel, 1986.

CAMISASCA, Marina Mesquita. *Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961 - 1964)*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1996.

CUNHA, Paulo Ribeiro da (org.). *O camponês e a história: a construção da Ultab e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira, 2004.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. História e Culturas Políticas definições, usos e genealogias. In: *Vária História*. Belo Horizonte, n° 28, 2002, pp. 13-29.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

GRYNSZPAN, Mario. Da barbárie à terra prometida: o campo e as lutas sociais na história da República. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Vera (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

GRYNSZPAN, Mario. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

IANNI, Octavio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. 3ª ed., rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LAGE, PADRE. *O padre do diabo*. Rio de Janeiro: EMW Editores, 1988.

MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A questão da reforma agrária no Brasil 1955-1964*. Dissertação (Mestrado). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1982.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, Camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese (Doutorado). Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1995.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá [et al]. República, política e direito à informação – Os arquivos do DOPS/MG. In: *Vária História*. Belo Horizonte, n° 29, janeiro de 2003, pp. 126-153.

ORTEGA, Any Marise. *As esquerdas, a questão agrária e os caminhos da revolução brasileira no “Congresso Camponês” de Belo Horizonte de 1961*. Dissertação (Mestrado). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

O CONFLITO PELA POSSE DA TERRA NA REGIÃO DO
PÂNTANO, MUNICÍPIO DE PIUMHI (MG)

SEGATTO, José Antonio. *Breve História do PCB*. 2^a ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SEGATTO, José Antonio. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

Recebido em: 22 de setembro de 2018

Aceito em: 13 de dezembro de 2018